



## Relatório da Administração

### Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras da HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.), "Banco de Investimento", relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

O Banco de Investimento integrou o HSBC Conglomerado Financeiro até 30 de Junho de 2016 e faz parte de uma das maiores e mais sólidas instituições financeiras internacionais, a HSBC Holdings plc, com sede no Reino Unido, com mais de 150 anos de tradição e experiência em todo o mundo.

### Resultados

A HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.) encerrou o semestre em 30 de junho de 2016 com patrimônio líquido no montante de R\$ 1.544.912 mil, tendo registrado um lucro líquido de R\$ 37.968 mil.

Em 30 de junho de 2016, o índice de solvência consolidado para as empresas que compõem o HSBC Conglomerado Prudencial foi de 13,7%.

### Gestão de Riscos

As atividades desenvolvidas pelo HSBC envolvem o dimensionamento, a avaliação, a aceitação e o gerenciamento de algum grau de risco ou de uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes a que o HSBC está exposto são representadas por: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado (incluindo risco de câmbio, taxa de juros e preços de ações e mercadorias), e risco operacional.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida pelo Grupo visa fomentar o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências. Através de um processo consolidado de governança corporativa o HSBC garante uma gestão efetiva de todos os riscos inerentes aos negócios no Brasil, conforme orientações das administrações regional e global da organização.

O HSBC revisa e atualiza regularmente suas políticas e sistemas de gestão de risco de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos, além da condução dos seus negócios segundo as melhores práticas.

O conceito de responsabilidade pessoal, enfatizado pela estrutura de governança do Grupo, é difundido através de treinamentos e orientações, que reforçam a propagação de uma cultura construtiva e disciplinada, onde a gestão de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores, aos quais cabe identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos.

### Três linhas de defesa

Para viabilizar esta gestão, o HSBC possui um modelo de gerenciamento de risco operacional que inclui a adoção de Três Linhas de Defesa:

#### • Primeira linha de defesa

Todos os colaboradores são responsáveis por risco operacional e possuem função de Primeira Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e controles.

#### • Segunda linha de defesa

É composta principalmente pela área de Risco Operacional que tem a responsabilidade pela política, procedimentos e pela estrutura de gerenciamento de risco operacional do HSBC Brasil. A sua principal responsabilidade é fornecer consultoria, treinamento e supervisão das atividades de Risco Operacional. Cabe também à área de Risco Operacional, prestar o devido suporte para garantir uma avaliação de riscos eficaz visando reduzir perdas operacionais e melhorar os processos de controles internos, bem como, avaliar os riscos em relação aos aspectos reputacionais e legais. A área de Risco Operacional é responsável por definir o apetite de risco operacional gerenciando os requerimentos de capital operacional associados.

#### • Terceira linha

É representada pela Auditoria Interna Global que fornece garantia independente para a administração e para o Comitê de Auditoria e Risco que o gerenciamento de risco operacional, governança e processos de controles internos estão operando efetivamente.

### Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o HSBC opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do HSBC, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos Valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o HSBC.

Continuamos a reforçar o status e a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente - e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no HSBC;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem e;
- Garantir que nós sempre aplicamos os Valores do HSBC.

Desde 2014 o HSBC tem reforçado ainda mais a estrutura da área de *Compliance* e vem implementando diversas ações para mitigação de riscos de clientes, produtos e operações. Três programas fundamentais estão sendo continuados, com o propósito de aprimorar o conhecimento sobre os nossos clientes, fortalecer o combate à lavagem de dinheiro e assegurar o respeito às sanções e o combate à corrupção.

### Risco de Mercado

A administração do risco de mercado do HSBC tem o objetivo de manter as posições do banco em linha com o perfil de exposição a risco de mercado determinado pelo Grupo HSBC, ao mesmo tempo em que busca o melhor atendimento possível às demandas de seus clientes.

A área de Tesouraria é responsável pela gestão do risco de mercado. Limites aprovados pela Diretoria Administrativa do Grupo servem de referência. Estes são definidos de acordo com os tipos de carteira, os produtos negociados e os fatores de risco, levando-se sempre em consideração o risco de liquidez.

Uma vasta gama de ferramentas é utilizada para monitorar e limitar as exposições aos fatores de risco de mercado. Pode-se destacar análises de sensibilidade, testes de estresse e diversas medidas de Valor ao Risco (VaR).

### Risco de Crédito

A cultura de gerenciamento do risco de crédito do Grupo HSBC em todos os países e regiões onde atua é dedicada a atingir e manter o seus ativos em alto grau de qualidade. Isso requer padrões elevados de profissionalismo e disciplina aplicados consistentemente na gestão do risco de crédito. Essa cultura universal é essencial para o sucesso no controle e no gerenciamento de risco e busca minimizar as perdas de crédito e aumentar o retorno sobre o risco ajustado, contribuindo assim para o sucesso geral da organização.

A área responsável pelo Risco de Crédito segue as diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva e pelo Grupo HSBC através da elaboração e manutenção das políticas e do manual de crédito locais, assim como o estabelecimento e monitoramento de controles de acompanhamento. De acordo com alçadas delegadas pela Diretoria Executiva, a área de Risco de Crédito avalia e autoriza a realização de transações de acordo com as políticas vigentes, de forma independente da área de Negócios.

### Gestão de Risco Operacional

A gestão de risco operacional é considerada essencial pelo HSBC para a manutenção de um ambiente de risco robusto que permita o bom desenvolvimento dos negócios, dentro do apetite de risco estabelecido, atingindo resultados sustentáveis.

A estrutura de gerenciamento de riscos operacionais está em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil.

### Gerenciamento de capital

De acordo com a Resolução CMN nº 3.988 de 30 de junho de 2011, as principais atribuições da área de gerenciamento de capital são: mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do conglomerado; utilizar sistemas adequados para o monitoramento das posições de capital assim como avaliar a adequação de capital face aos riscos assumidos e planejados de acordo com o plano anual de capital aprovado pelo HSBC Brasil. A abordagem de gerenciamento de capital do Conglomerado HSBC Brasil é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

### Controles Internos e Compliance

O HSBC Brasil conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atuem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis estabelecidas pelo COAF e Bacen, incluindo a Circular nº 3.461 de 24 de Julho de 2009. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de Clientes e transações do Grupo HSBC no Brasil.

### Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em outubro de 2010, o HSBC Bank USA acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC e o controlador indireto da companhia, a HNAH, acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (*Federal Reserve Board*) ("Ordem" no singular e "Ordens" no conjunto). Essas Ordens exigiram melhorias com o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do HSBC, incluindo vários assuntos relacionados à *compliance* com a Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), e o combate à lavagem de dinheiro (AML). O HSBC Bank USA atualmente não está em *compliance* com as ordens do OCC. Ações e medidas vêm sendo implementadas para endereçar as exigências das Ordens.

## HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

Em dezembro de 2012, a HSBC Holdings, HSBC North America Holdings ("HNAH") e HSBC Bank USA ("HBUS") celebraram acordos de ajuste de conduta com agências governamentais dos Estados Unidos e Reino Unido com relação ao uso de políticas inadequadas de *compliance* quanto a normas previstas na Lei de Sigilo Bancário (*Bank Secrecy Act*) ("BSA"), normas de combate à lavagem de dinheiro e crimes financeiros (*Sanctions Law*). Dentre os acordos celebrados, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA celebraram um acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com, entre outros, o Departamento de Serviços Financeiros do Reino Unido (*UK Financial Services Authority*) para cumprir com certas obrigações legais relacionadas à lavagem de dinheiro e sanções. Adicionalmente, o HSBC Bank USA acatou a aplicação de uma multa pecuniária pelo FinCen (*Financial Crimes Enforcement Network*) e uma multa pecuniária separada com o OCC.

Por força destes acordos, o HSBC Holdings e o HSBC Bank USA realizaram pagamentos totalizando US\$ 1,9 bilhões às autoridades americanas, e um monitor de *compliance* independente ("Monitor") foi nomeado. O segundo Relatório de revisão do monitor foi emitido. Os resultados estão apresentados nas Demonstrações Financeiras da HSBC Holdings plc.

O HSBC Bank USA também celebrou dois compromissos de cessação de conduta com a OCC requerendo a correção das circunstâncias e condições mencionadas no relatório de investigação desta autoridade impondo certas restrições sobre o HBUS na aquisição direta ou indireta de controle de, ou participação em, qualquer subsidiária financeira nova, ou na inclusão de novas atividades em suas subsidiárias financeiras existentes, sendo necessária obter para tal a aprovação prévia do OCC.

Os acordos com autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido não impedem a propositura de ações por parte de entidades privadas arquiando ou questionando, entre outras coisas, as políticas de *compliance* do Grupo HSBC e o cumprimento por parte do Grupo das políticas e normas de combate à lavagem de dinheiro, cumprimento das leis de sigilo bancário aplicáveis, e demais sanções desta natureza mesmo que não estejam previstos expressamente nos acordos.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings ("Autor") propôs ação subsidiária em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank USA, HNAH e HSBC USA Inc. ("Grupo HSBC") em face de então atuais e ex-diretores e executivos ("Réus") das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os indivíduos Réus violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao DPA norte-americano. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido de extinção da ação. O Autor pode recorrer da decisão.

Em julho de 2014, um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de *American Depositary Shares*), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012, propuseram ação indenizatória em face do HSBC Holdings e um ex-funcionário da empresa perante o Tribunal de Justiça de Ontário. Os Autores buscam indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões. Alegam que os Réus violaram precedentes legais e a legislação estatutária ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária, HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento da BSA, AML, sanções e outras leis.

Em novembro de 2014, foi proposta ação em nome de representantes de norte-americanos mortos ou feridos no Iraque entre abril de 2004 e novembro de 2011 perante o Juízo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste de Nova Iorque. A ação foi proposta em nome do HSBC Holdings, HSBC Bank plc, HSBC Bank USA e HSBC Bank Middle East, bem como outros bancos e a República Islâmica do Irã. Os Autores alegam que os Réus conspiraram para violar a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos, alterando e falsificando ordens de pagamento envolvendo o Irã, partes iranianas e bancos iranianos em transações processadas através dos Estados Unidos. Os Réus apresentaram pedido de extinção do processo em maio de 2015.

Em novembro de 2015, foi proposta ação em nome de representantes de norte-americanos mortos ou feridos em um ataque terrorista em três hotéis em Amman, Jordânia em 2005 perante o Juízo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito de Ilínois. A ação foi proposta em face do HSBC Holdings, HSBC Bank plc, HSBC Bank USA, HNAH, HSI, HSBC Finance, HSBC USA Inc. e HSBC Bank Middle East, bem como outros bancos. Os Autores alegam que os Réus violaram a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos, ao prestarem serviços financeiros para indivíduos e entidades associados aos cartéis de droga mexicanos. Em junho de 2016, HSBC apresentou um pedido de transferência do caso para a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque, e um pedido de extinção da ação para alguns dos réus do HSBC.

Em fevereiro de 2016, foi proposta ação em nome de representantes de norte-americanos mortos ou feridos por cartéis de drogas mexicanos no México perante o Juízo Distrital Federal dos Estados Unidos do Distrito do Sul de Texas. A ação foi proposta em face do HSBC Holdings, HSBC Bank plc, HSBC Bank USA, HSBC México AS e Grupo Financeiro HSBC. Os Autores alegam que os Réus violaram a Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos, ao prestarem serviços financeiros para indivíduos e entidades associados aos cartéis de droga mexicanos. Em junho de 2016, HSBC apresentou um pedido de transferência do caso para a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque, e um pedido de extinção da ação para alguns dos réus do HSBC.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas ações, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

### Demonstrações Financeiras

A Diretoria revisou em agosto de 2016 as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento de 30 de junho de 2016, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

A Diretoria aprovou em 24 de agosto de 2016 estas demonstrações financeiras.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e usuários pela escolha do HSBC, aos colaboradores pela dedicação constante e às autoridades e ao público em geral pela atenção dispensada.

São Paulo, agosto de 2016

A Diretoria

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

## Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016 e 2015

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>792.102</b>	<b>18.156</b>	<b>Circulante</b>		<b>77.562</b>	<b>291.429</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>1.522</b>	<b>17.222</b>	<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>271.559</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>4</b>	<b>786.000</b>	<b>6.958</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>77.562</b>	<b>19.870</b>
Aplicações em operações compromissadas - vendas a liquidar		786.000	-	Sociais e estatutárias		4.552	630
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	6.958	Fiscais e previdenciárias	<b>12</b>	39.672	3.677
				Diversas	<b>9</b>	33.338	15.563
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		-	<b>(6.530)</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>46.121</b>	<b>386.288</b>
Operações de arrendamentos a receber - Setor privado	<b>6</b>	-	395.417	<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>311.799</b>
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(387.224)	<b>Outras obrigações</b>		<b>46.121</b>	<b>74.489</b>
Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil	<b>7</b>	-	(14.723)	Fiscais e previdenciárias	<b>12</b>	40.612	29.409
				Diversas	<b>9</b>	5.509	45.080
<b>Outros créditos - Diversos</b>	<b>9</b>	<b>4.580</b>	<b>341</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>15.1.544.912</b>	<b>317.697</b>
<b>Outros valores e bens - Despesas antecipadas</b>		-	<b>165</b>	Capital social - De domicílios no País		1.440.605	300.277
				Reservas de lucros		65.566	17.420
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>864.612</b>	<b>61.686</b>	Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e valores mobiliários		38.741	-
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		-	-	<b>Total</b>		<b>1.668.595</b>	<b>995.414</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<b>4</b>	-	<b>18.312</b>				
<b>Títulos e valores mobiliários - Carteira própria</b>	<b>5</b>	<b>830.874</b>	<b>2.424</b>				
Livres		830.874	2.424				
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		-	<b>(3.259)</b>				
Operações de arrendamentos a receber - Setor privado	<b>6</b>	-	461.473				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(460.648)				
Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil	<b>7</b>	-	(4.084)				
<b>Outros créditos - Diversos</b>	<b>9</b>	<b>33.738</b>	<b>44.209</b>				
<b>Permanente</b>		<b>11.881</b>	<b>915.572</b>				
<b>Investimentos - obras de arte</b>		<b>10</b>	<b>-</b>				
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>10</b>	<b>11.501</b>	<b>-</b>				
Imobilizações de uso		12.135	-				
(Depreciações Acumuladas)		(634)	-				
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>915.572</b>				
Bens arrendados		-	1.210.649				
Depreciações Acumuladas		-	(295.077)				
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>370</b>	<b>-</b>				
Ativos Intangíveis		411	-				
(Amortizações Acumuladas)		(41)	-				
<b>Total</b>		<b>1.668.595</b>	<b>995.414</b>				

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>300.277</b>	<b>14.727</b>	<b>704</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>315.708</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.609	2.609
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	130	1.859	-	(1.989)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(620)	(620)
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<b>300.277</b>	<b>14.857</b>	<b>2.563</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>317.697</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>-</b>	<b>130</b>	<b>1.859</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.989</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>775.277</b>	<b>15.525</b>	<b>12.070</b>	<b>(4.900)</b>	<b>-</b>	<b>797.972</b>
Aumento de capital	665.328	-	-	-	-	665.328
Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	43.641	-	43.641
Baixa dividendos prescritos	-	-	3	-	-	3
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	37.968	37.968
Destinações propostas pela Diretoria:						
Reservas de lucros	-	1.892	36.076	-	(37.968)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.440.605</b>	<b>17.417</b>	<b>48.149</b>	<b>38.741</b>	<b>-</b>	<b>1.544.912</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>665.328</b>	<b>1.892</b>	<b>36.079</b>	<b>43.641</b>	<b>-</b>	<b>746.940</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>90.965</b>	<b>190.572</b>
Operações de arrendamento mercantil		-	189.182
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		90.965	1.390
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>-</b>	<b>(175.552)</b>
Operações de arrendamento mercantil		-	(133.583)
Operações de captação no mercado		-	(28.388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>7</b>	-	(13.581)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>90.965</b>	<b>15.020</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(19.241)</b>	<b>(10.725)</b>
Rendas de tarifas bancárias		-	265
Despesas de pessoal	<b>16</b>	(25.005)	(241)
Outras despesas administrativas	<b>18</b>	(5.172)	(1.575)
Despesas tributárias	<b>19</b>	(4.284)	(9.348)
Outras receitas operacionais	<b>20</b>	16.570	1.019
Outras despesas operacionais	<b>20</b>	(1.350)	(845)
<b>Resultado operacional</b>			





## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1. Contexto operacional

O HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Banco de Investimento") é uma subsidiária do HSBC Brasil Holding S.A., autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, e conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

Os principais eventos ocorridos no período foram:

• Em 28 de setembro de 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi adquirida a M.A.K.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (criada em 22 de abril de 2015) pela acionista HSBC Latin America Holding (UK) Limited, e alterada a denominação social para HSBC Brasil Holding S.A., seu objeto social passou a ser a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras.

• Através da AGE realizada em 28 de setembro de 2015, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo transferiu por cessão onerosa para a HSBC Brasil Holding S.A., pelo seu valor contábil, a totalidade das ações no montante de 120.534 da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A., antiga denominação do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento. Esta cessão faz parte de um processo de reestruturação societária no âmbito do Grupo HSBC Brasil, e justifica-se pela necessidade de realocação de negócios.

• Em 1º de outubro de 2015 foi firmado o contrato de cessão dos direitos de crédito e outras vantagens entre o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.) e HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo. O HSBC Bank adquiriu os direitos de crédito de titularidade do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.), referente à totalidade de suas operações de arrendamento mercantil. O preço da cessão corresponde ao valor contábil dos créditos liquidos das obrigações entre as entidades, sendo o valor líquido de R\$ 292.244.

• Em 05 de janeiro de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil para alteração do objeto social para banco de investimento.

• Em 08 de junho de 2016 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em decorrência do processo de mudança de controle societário do HSBC Bank Brasil S.A. e subsidiárias, a partir de 1º de julho de 2016 o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento tornou-se a única instituição financeira do Grupo HSBC com atuação em território brasileiro.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN").

As demonstrações financeiras do Banco de Investimento foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2016.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional do Banco de Investimento é o real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

#### b. Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de clientes e operações de crédito, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99. Para as operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja inferior a R\$ 50, é adotado modelo interno de avaliação, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.697/00. As operações em atraso classificadas como nível "H" são baixadas após 180 dias contra a provisão existente e registrada em conta de compensação, onde permanecerá pelo prazo mínimo de cinco anos.

As recuperações de créditos baixados foram registradas em outras receitas operacionais e demonstradas na linha de receitas de "Operação de crédito" da Demonstração de Resultado.

#### c. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

#### d. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provisão para credores de liquidação duvidosa, e as provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco de Investimento revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

#### e. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 30 dias da data de contratação e apresentem risco insignificante de mudança de valor.

#### f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Foram registradas pelos valores de aplicação ou de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data de balanço.

#### g. Títulos e valores mobiliários

Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria:

**Títulos disponíveis para venda** - são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período) são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste ao valor de mercado", líquido dos efeitos tributários.

#### h. Outras operações ativas e passivas

As demais operações ativas e passivas estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, se aplicável, calculados "pro rata" dia.

#### i. Imposto de renda contribuição social

O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (quando aplicável), e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, até agosto de 2015 e à alíquota de 20% entre setembro de 2015 e junho de 2016, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias" e refletidas no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

Para esses ativos consideramos a expectativa de realização em prazo razoável de tempo, não superior ao permitido pela legislação existente.

#### j. Depósitos interfinanceiros

As operações pós-fixadas foram registradas "pro rata" dia e retificadas pela conta de despesas a apropriar até a data do balanço.

#### k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e CMN nº 3.484/10.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito altamente provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

**Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

**Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias:** decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituem e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

#### l. Imobilizado de uso

Os bens do ativo imobilizado de uso próprio estão registrados ao custo de aquisição deduzido de depreciações. As depreciações foram calculadas pelo método linear, aplicando-se as seguintes taxas anuais, que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens: instalações, móveis e equipamentos e sistemas de comunicação e de segurança - 10%; sistemas de processamento de dados - 20%. Os gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros estão sendo amortizados de acordo com os prazos dos respectivos contratos de aluguéis, adicionados por um igual período de renovação, quando previsto contratualmente.

#### m. Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo período que representa a melhor expectativa de prazo de geração de benefícios econômicos à entidade e contabilizados em "Outras despesas administrativas", quando aplicável. São compostos basicamente por gastos de aquisição de logiciais.

#### n. Imobilizado de arrendamento

Era registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação do imobilizado de arrendamento era calculada pelo método linear, substancialmente, calculada a taxas anuais correspondentes a 70% do tempo normal de vida útil-econômica estimada dos bens, de acordo com a Portaria 140/84 e nº 113/88 do Ministério da Fazenda (exceto os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais), que são: cinco anos para veículos e afins e dez anos para máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações. Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a regulamentação do BACEN, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento era calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante era registrado na conta de insuficiência/superveniência de depreciação acumulada.

#### o. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento eram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento. As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas eram apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, eram registrados na rubrica "valores residuais e realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancesar", no grupo de operações de arrendamento mercantil. O preço ao final do contrato, apurado em função da opção de compra pelo arrendatário, era diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, era calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais. A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo ("write-offs") eram efetuadas após decorridos 180 dias de sua classificação no nível de risco "H", desde que apresentassem atraso superior a 180 dias ou de até 540 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente eram reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

#### p. Pagamento baseado em ações

O HSBC dispôs do pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro e em ações como forma de remuneração de serviços prestados por empregados.

O custo dos acordos com funcionários através de pagamento baseado em ações liquidadas com ações é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua concessão, sendo uma despesa reconhecida numa base linear durante o período de aquisição, com um crédito correspondente em Reservas de Capital.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos assumidos são medidos pelo valor justo do passivo, e reconhecidos como os empregados prestam serviço. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da HSBC Holdings, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido de imediato o montante que de outra forma teria sido reconhecido por serviços prestados durante o período de carência.

Onde HSBC Holdings entrar em acordos de pagamento baseado em ações que envolvem funcionários de subsidiárias, a diferença entre o custo do acordo de pagamento baseado em ações e o valor justo dos instrumentos patrimoniais que se espera ser emitido para satisfazer esse regime é reconhecido em "Patrimônio Líquido" com um ajuste correspondente ao "Investimentos em Subsidiárias" ao longo do período de carência.

#### 4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo em 30 de junho de 2016 refere-se a revendas a liquidar no valor de R\$786.000 contratadas junto ao Banco Bradesco e com vencimento de 7 dias. Em 30 de junho de 2015, o saldo consistia em depósitos interfinanceiros junto ao HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, com vencimentos até 2019 no valor de R\$ 163.933.

#### 5. Títulos e valores mobiliários

##### a. Títulos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de Investimento está classificada como títulos disponíveis para venda, sendo apresentada conforme tabela abaixo:

	2016				2015			
	Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Efeito no patrimônio líquido	Valor de mercado	Efeito no patrimônio líquido
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.764	2.764	2.766	(2)	2.424	-
Letras do Tesouro Nacional	-	484.363	-	484.363	451.385	32.978	-	-
Notas do Tesouro Nacional - F	-	-	343.747	343.747	306.286	37.462	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>484.363</b>	<b>346.511</b>	<b>830.874</b>	<b>760.437</b>	<b>70.438</b>	<b>2.424</b>	<b>-</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Longo Prazo	-	-	830.874	-	-	-	2.424	-
Efeitos tributários	-	-	-	-	(31.697)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.741</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores serão estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotação de preços para instrumentos com características semelhantes.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, o HSBC Banco de Investimento não operou com instrumentos financeiros derivativos.

#### 6. Carteira de crédito

Em 2015, caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de arrendamento mercantil, os saldos seriam apresentados como segue:

	2015			Saldos Reclassificados (b)
	Saldos nas Demonstrações Financeiras	Reclassificações	Saldos Reclassificados	
Operações de arrendamento a receber (a) Ativo Circulante	9.018	858.049	867.067	-
Imobilizado de arrendamento (Nota 8)	915.572	(915.572)	-	-
Credores por antecipação de valor residual (a) Passivo Circulante (Nota 9)	(57.523)	57.523	-	-
Resultado de operações de arrendamento mercantil	55.599	-	55.599	-

(a) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do bem ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.

(b) Compõe o saldo final de Arrendamento mercantil, conforme quadro abaixo, o montante de R\$ 181 em 2015, relativo a rendas a apropriar, está classificado em outros créditos.

##### a. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	2015	
	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 30/06/2016
<b>Indústria</b>	<b>90.580</b>	<b>90.580</b>
Alimentos e bebidas	13.915	13.915
Química e petroquímica	23.574	23.574
Máquinas e equipamentos	17.393	17.393
Papel e celulose	5.357	5.357
Têxtil e confecções	2.781	2.781
Siderurgia e metalurgia	10.534	10.534
Eleticidade, gás e água	4.867	4.867
Eletroeletrônicas	1.626	1.626
Madeiras e móveis	2.712	2.712
Automotiva	6.909	6.909
Petróleo e gás natural	128	128
Demais indústrias	784	784
<b>Comércio</b>	<b>163.746</b>	<b>163.746</b>
<b>Serviços</b>	<b>538.446</b>	<b>538.446</b>
Financeiros	57.158	57.158
Transportes	141.622	141.622
Educação, saúde e outros serviços sociais	29.469	29.469
Telecomunicações	190	190
Demais serviços	310.007	310.007
<b>Construção e imobiliário</b>	<b>70.488</b>	<b>70.488</b>
Pessoa jurídica	70.488	70.488
<b>Sector primário</b>	<b>3.988</b>	<b>3.988</b>
Agropecuária	796	796
Mineração	3.192	3.192
<b>Total da carteira</b>	<b>867.248</b>	<b>867.248</b>

##### b. Composição da carteira de crédito por faixa e nível de risco

Níveis	2015				
	Parcelas a vencer	Parcelas com atraso inferior a 15 dias	Parcelas com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Provisão
Nível AA	659.673	-	-	659.673	-
Nível A	123.864	99	-	123.963	620
Nível B	7.071	3	22	7.096	71
Nível C	16.757	145	177	17.079	512
Nível D	41.716	84	1.335	43.135	4.314
Nível E	557	-	-	557	167
Nível F	8.122	36	503	8.661	4.331
Nível G	6.560	6	30	6.596	4.617
Nível H	445	3	40	488	488
Provisão excedente (*)	-	-	-	-	3.687
<b>Total da carteira</b>	<b>864.765</b>	<b>376</b>	<b>2.107</b>	<b>867.248</b>	<b>18.807</b>

(\*) A provisão excedente aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682/99, era constituída principalmente para cobrir potenciais perdas decorrentes de créditos concedidos a clientes da carteira PJ.

**Inadimplência** - O índice de inadimplência total, considerando o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, era de 1,9% em 30 de junho de 2015.

##### c. Concentração e riscos de créditos

	2015	% Carteira
Maior devedor	99.200	11,44
Dez maiores devedores	371.526	42,84
Cinquenta maiores devedores seguintes	288.181	33,23

##### d. Créditos renegociados

Não houve créditos renegociados no primeiro semestre de 2015.

##### 7. Provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil

Segue a demonstração da movimentação da provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil:

	2015	% Carteira
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>6.144</b>	
Constituição líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.581	
Baixas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(918)	
<b>Saldo no fim do semestre</b>	<b>18.807</b>	
Circulante	14.723	
Longo prazo	4.084	
<b>8. Imobilizado de arrendamento</b>	<b>2015</b>	
Máquinas e equipamentos	639.069	
Veículos e afins	474.412	
Móveis e utensílios	32.191	
Outros	64.977	
<b>Total de bens arrendados</b>	<b>1.210.649</b>	
Depreciação acumulada de bens arrendados	(412.623)	
Superveniência/insuficiência de depreciação (líquido)	117.546	
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(295.077)</b>	
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>915.572</b>	

## HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

Em milhares de reais

### 9. Outros créditos e outras obrigações - Diversos

A composição dos saldos de outros créditos e outras obrigações está demonstrada a seguir:

	2016		2015	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
<b>Outros créditos</b>				
Adiantamento e antecipação salarial	2.130	-	5	-
Créditos tributários (Nota 21.d)	-	11.976	-	10.348
Devedores por depósitos em garantia (*)	-	20.896	-	24.674
Imposto de renda a compensar e a recuperar	2.439	-	328	8.660
Outros	11	866	8	527
<b>Total</b>	<b>4.580</b>	<b>3</b>		





## HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento

Rua Funchal, 160, conjunto 191A - São Paulo - SP

C.N.P.J. 53.518.684/0001-84

Em milhares de reais

### Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

#### Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do HSBC e geralmente tornam-se de direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados pelo HSBC no período.

	2016	2015
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
<b>Em 1 de Janeiro</b>	-	-
Transferidas no período (*)	1.019.233	-
Concedidas no período	1.036.277	-
Liberadas no período	(469.246)	-
<b>Em 30 de Junho</b>	<b>1.586.264</b>	-

(\*) Provisão para remuneração baseada em ações transferida do HSBC Bank Brasil S.A. para o HSBC Brasil S.A.- Banco de Investimento juntamente com a transferência dos colaboradores conforme descrito na Nota 16.

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações, concedidos pelo Banco de Investimento em 2016, foi de R\$ 25,45 (não aplicável em 2015).

O saldo do passivo de pagamentos baseados em ações foi de R\$ 9.396 (R\$ 0 em 2015).

#### Prêmios em opções de ações

Não houve despesa com prêmios em opções de ações no Banco de Investimento em 2016 e 2015.

#### 18. Outras despesas administrativas

A composição de outras despesas administrativas está demonstrada conforme segue:

	2016	2015
Processamento de dados	(1.082)	(36)
Manutenção predial	(849)	-
Despesa de depreciação e amortização	(675)	-
Manutenção hardware	(509)	-
Serviços técnicos especializados	(435)	(484)
Despesa contrato compartilhamento de custos	(381)	(280)
Serviços de terceiros	(240)	(8)
Condomínio	(220)	-
Publicações	(106)	(34)
Serviços do sistema financeiro	(102)	(97)
Material	(65)	-
Emolumentos e gastos legais	(15)	(561)
Contribuições filantrópicas	-	(69)
Outras	(494)	(6)
<b>Total</b>	<b>(5.172)</b>	<b>(1.575)</b>

#### 19. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada conforme segue:

	2016	2015
Despesas de contribuição ao COFINS	(3.639)	(7.633)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(593)	(1.240)
Outras despesas tributárias	(52)	(475)
<b>Total</b>	<b>(4.284)</b>	<b>(9.348)</b>

#### 20. Outras receitas e despesas operacionais

A composição de outras receitas e outras despesas operacionais está demonstrada da seguinte forma:

	2016	2015
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação de despesas e encargos (*)	12.696	-
Reversão de provisões operacionais (**)	3.133	202
Atualização monetária de depósitos judiciais	741	817
<b>Total</b>	<b>16.570</b>	<b>1.019</b>
<b>Outras despesas</b>		
Varição monetária sobre impostos	(492)	(328)
Descontos concedidos	-	(499)
Outros	(858)	(18)
<b>Total</b>	<b>(1.350)</b>	<b>(845)</b>

(\*) Refere-se ao reembolso das despesas de pessoal previsto no contrato de compartilhamento de custos entre o HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento e HSBC Bank - Banco Multiplio S.A.

(\*\*) Composto basicamente por reversões de encargos devido à revisão anual da contribuição ao SAT e reversão de remuneração variável.

#### 21. Imposto de renda e contribuição social

##### a. Encargos devidos sobre as operações do semestre

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre as operações do semestre:

	2016	2015
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)</b>	<b>71.052</b>	<b>4.289</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas mencionadas (*)</b>	<b>(31.973)</b>	<b>(1.716)</b>
Adições/exclusões permanentes	-	(28)
Adicional de 5% da CSLL diferida não constituída (**)	(1.180)	-
Outros ajustes	69	64
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício</b>	<b>(33.084)</b>	<b>(1.680)</b>

(\*) O imposto de renda foi calculado utilizando-se a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015 e à alíquota de 20%, entre janeiro e junho de 2016, ajustado na forma da legislação, resultando em uma alíquota ponderada de 45%.

(\*\*) Os impostos diferidos cuja expectativa de realização ocorre entre 2016 a 2018, a alíquota da CSLL aplicada foi de 20%, os impostos diferidos com realização superior a 2018, a alíquota aplicada foi de 15%, na forma da legislação.

##### b. Composição da conta de despesas com imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(42.528)	(3.284)
<b>Impostos diferidos</b>		
Constituição no semestre, sobre adições temporárias	9.444	1.552
Outros	-	52
<b>Total</b>	<b>(33.084)</b>	<b>(1.680)</b>

##### c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição (realização) líquida	Saldo em 30/06/2016
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>			
Gratificações e participações no resultado	-	9.379	9.379
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.990	81	2.071
Outras	541	(16)	525
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>2.531</b>	<b>9.444</b>	<b>11.975</b>
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	4.046	(4.045)	1
<b>Total dos créditos tributários ativos</b>	<b>6.577</b>	<b>5.399</b>	<b>11.976</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido passivo</b>			
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(37)	(31.661)	(31.698)
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(37)</b>	<b>(31.661)</b>	<b>(31.698)</b>
<b>Total dos créditos tributários líquidos</b>	<b>6.540</b>	<b>(26.262)</b>	<b>(19.722)</b>

	Saldo em 31/12/2014	Constituição (realização) líquida	Saldo em 30/06/2015
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>			
Provisão para perdas com arrendamento mercantil	2.478	5.433	7.911
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.770	24	1.794
Gratificações e participações no resultado	4	(1)	3
Outras	554	34	588
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>4.806</b>	<b>5.490</b>	<b>10.296</b>
Prejuízos fiscais e base negativa	-	52	52
<b>Total dos créditos tributários ativos</b>	<b>4.806</b>	<b>5.542</b>	<b>10.348</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido passivo</b>			
Superveniência de depreciação	(12.029)	(3.938)	(15.967)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>(12.029)</b>	<b>(3.938)</b>	<b>(15.967)</b>
<b>Total dos créditos tributários passivos</b>	<b>(12.029)</b>	<b>(3.938)</b>	<b>(15.967)</b>
<b>Créditos tributários líquidos</b>	<b>(7.223)</b>	<b>1.604</b>	<b>(5.619)</b>

##### d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

Ano	2016		Total	2015
	Diferenças Temporárias	Contribuição Social		
2015	-	-	-	8.567
2016	1.974	1.184	3.158	314
2017	3.265	1.959	5.224	165
2018	855	513	1.368	106
2019	549	329	878	71
2020	52	31	83	165
2021	121	73	194	219
2022	164	98	262	293
2023	217	131	348	328
2024	243	146	389	120
2025	45	27	72	-
<b>Total</b>	<b>7.485</b>	<b>4.491</b>	<b>11.976</b>	<b>10.348</b>

O valor presente dos créditos tributários, considerando a expectativa da taxa pré-fixada em Reais, de 12,39% à 13,93% a.a., líquida dos efeitos tributários, é de R\$ 9.518 (R\$ 3.864 em 2015), de diferenças temporárias.

#### e. Créditos tributários não ativados

O Banco de Investimento não possuía créditos tributários não reconhecidos em 30 de junho de 2016 e 2015.

#### 22. Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco de Investimento é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e fiscais.

##### a. Composição das provisões

As provisões para contingências cíveis e fiscais são constituídas a partir de seus valores médios ou da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por:

**Contingências cíveis:** ações de cobrança de danos materiais e morais, tais como impactos de planos econômicos, registro de informações em cadastros de restritivos e outros.

**Contingências fiscais:** processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As ações cíveis foram assumidas pelo HSBC Bank Banco Multiplio S.A. quando da assinatura do contrato de cessão da carteira de arrendamento mercantil.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2016	2015
Cíveis (Nota 9)	-	56
Fiscais (Nota 12)	8.914	13.442
<b>Total</b>	<b>8.914</b>	<b>13.498</b>

##### b. Movimentação das provisões

	Saldo em 31/12/2015	2016			Saldo em 30/06/2016
		Adições	Utilizações	Reversões	
Cíveis	60	-	-	(60)	-
Fiscais	8.654	272	-	(12)	8.914
<b>Total</b>	<b>8.714</b>	<b>272</b>	<b>-</b>	<b>(72)</b>	<b>8.914</b>

	Saldo em 31/12/2014	2015			Saldo em 30/06/2015
		Adições	Utilizações	Reversões	
Cíveis	53	3	-	-	56
Fiscais	13.135	326	-	(19)	13.442
<b>Total</b>	<b>13.188</b>	<b>329</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>13.498</b>

##### c. Obrigação legal

As provisões apresentadas na nota 22.a incluem as provisões de obrigações legais do Banco de Investimento as quais estão apresentadas abaixo:

	2016	2015
Contribuição Social - Constitucionalidade da cobrança / Majoração da alíquota (*)	8.070	13.222
<b>Total</b>	<b>8.070</b>	<b>13.222</b>

(\*) O montante de R\$ 3.243 (R\$ 8.600 em 2015) referente a ações provenientes das aquisições das operações no Brasil do Grupo Lloyds em 30 de junho de 2003 e do Bank of Montreal, através da incorporação do grupo CCF em 30 de junho de 2000. Nos termos dos contratos de aquisição, essas ações estão sujeitas a indenização por parte dos vendedores caso as provisões contabilizadas atualizadas não sejam suficientes para a liquidação das causas em caso de perda por trânsito em julgado. Da mesma forma, em caso de ganho pelo HSBC das respectivas causas, as provisões atualizadas estão sujeitas a devolução aos respectivos vendedores.

##### d. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco de Investimento mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua assessoria jurídica que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 34.559 (R\$ 31.911 em 2015).

#### 23. Outras informações

##### a. Patrimônio de referência exigido (Acordo de Basileia)

O Banco de Investimento mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com as empresas financeiras que constituem o HSBC Conglomerado Financeiro em 30 de Junho de 2016, nos termos da Resolução CMN nº 3.490/07 e normas posteriores.

##### b. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por:

	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 30/06/2015
Disponibilidades	1.522	3.560	17.222
Aplicações interfinanceiras de liquidez	786.000	75.016	10
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>787.522</b>	<b>78.576</b>	<b>17.232</b>

### Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas  
HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento (atual denominação da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1, que se refere à mudança do controle societário do HSBC Bank Brasil S.A., suas subsidiárias e empresas ligadas a partir de 1º de julho de 2016. A Instituição bem como seu controlador HSBC Brasil Holding S.A. ("Holding") não estão incluídas nessa transação. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

#### Outros assuntos

##### a) Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 26 de agosto de 2016



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

**Emerson Laerte da Silva**  
Contador  
CRC 1SP171089/O-3

### Diretoria em 30 de junho de 2016

Alexandre de Barros Cruz e Guião	<b>Diretor-Presidente</b>
Alexandre Maciel Thorpe	<b>Diretor</b>
André Guilherme Brandão	<b>Diretor</b>
Brian Joseph Mcguire	<b>Diretor</b>
Caio Cezar Banti	<b>Diretor</b>
Fernando Freiberger	<b>Diretor</b>
Tiago Ezao Pereira Bento	<b>Diretor</b>

Sergio Luiz Rose  
Contador CRC PR-064247/O-3